



COEMA aprova licença prévia para implantação de terminal rodoviário

Resolução 086/2010, editada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) aprova a concessão de Licença Prévia referente ao empreendimento do projeto de implantação do Terminal Rodoviário Privado. Projeto de

responsabilidade da empresa Mineração Buritirama S/A, o qual se constitui em atividades de movimentação de cargas de minério de manganês em área localizada no município de Barcarena, Estado do Pará, com prazo de validade fixado em 03

anos. O COEMA também publica o anexo da Resolução 085/2010, que estabelece a tabela de enquadramento das atividades sujeitas a cobrança de taxas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa ambiental.

(Cad. 3 - Pág. 2)

Qualificação profissional

A Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda assina contrato com a Associação dos Alunos Egressos, Professores e Ex-Professores. O objetivo do contrato é a prestação de serviços relacionados à execução de cursos de qualificação social e profissional, na forma estabelecida no Programa Bolsa Trabalho, referente ao exercício financeiro de 2010.

(Cad. 4 - Pág. 12)

Telecentro de informações

O Estado do Pará, através da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT), a SEFA, a Prefeitura Municipal de Santarém e a PRODEPA assinam termo aditivo ao acordo de cooperação técnica e financeira para implantação, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Santarém, de um Telecentro de Informações e Negócios visando promover ações de inclusão digital e de inserção de microempresas.

(Cad. 2 - Pág. 2)

Protocolo socioambiental viabiliza produção de óleo de palma

O Estado do Pará assina protocolo socioambiental para produção de Palma com as empresas Palma Tech Reflorestadora Ltda, Vigna Brasil Projetos e Participações Ltda e com a Mejer Agroflorestal Ltda. O objetivo desses protocolos é estabelecer

o compromisso do Estado e das empresas signatárias com os princípios e critérios necessários à sustentabilidade econômica da cadeia de produção de óleo de palma no Estado do Pará. Os protocolos têm prazo de vigência de cinco anos.

(Cad. 1 - Pág. 9)

Concessão de estágio

A Universidade do Estado do Pará celebra convênios com a Fundação Esperança e com a Sociedade Beneficente São Camilo objetivando estabelecer as bases para concessão de estágio obrigatório e não obrigatório para alunos regularmente matriculados nos cursos de nível superior ministrados pela UEPA.

(Cad. 4 - Pág. 7)

Imunidade do IPVA

Portaria 1189/2010, editada pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), altera o artigo 1º da Portaria 1.701/2003, que reconhece a imunidade do IPVA aos veículos de propriedade dos órgãos da administração estadual, cuja nova redação acresce item incluindo os veículos do Hospital Ophir Loyola.

(Cad. 2 - Pág. 4)

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CCXXXVIII)

Em 04 de março de 1959, o governador em exercício Abel Nunes de Figueiredo sancionou a Lei nº. 1.660, reorganizando a Secretaria de Estado de Governo, criada pela Lei Estadual nº. 1.343, de 08 de junho de 1956.

A Secretaria de Estado de Governo teria a seu cargo o assessoramento do chefe do executivo, no planejamento, controle e coordenação das atividades e, notadamente: a assistência ao governador no exame e decisões de assuntos administrativos de natureza civil submetidas à sua deliberação; preparo de atos e mensagens decorrentes de ordens e decisões do governador.

O Escritório de Representação do Pará, na capital da República; a Imprensa Oficial; o Teatro da Paz; e o Departamento Estadual de Estatística são órgãos subordinados à Secretaria de Estado de Governo. Competiria ainda à SEGOV, o encaminhamento e triagem para despacho final do chefe do Estado, dos processos oriundos dos órgãos administrativos que lhe fossem subordinados, instruídos dos competentes pareceres que serviriam de base para definitiva solução.